

22 JUL 1986

Economia - Brasil

O governo quer gerar CZ\$ 50 bilhões em três anos com o novo "pacote"

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Nada menos do que CZ\$ 50 bilhões por ano, ao longo dos próximos três anos, precisam ser gerados sob a forma de poupança na economia brasileira para viabilizar a expansão do parque industrial do País. E com este objetivo que os ministros da área econômica, com o auxílio de seus assessores, vêm trabalhando desde a semana passada para adotar medidas complementares ao Plano Cruzado, conforme revelou a este jornal categorizada fonte do governo federal.

Desde que sejam definitivamente contornados os aspectos jurídicos que envolvem a decretação, pelo presidente da República, da figura do empréstimo compulsório, este mecanismo será introduzido como poupança forçada a todos os consumidores de gasolina, de álcool carburante, de automóveis, de energia elétrica e, possivelmente, sobre o turista brasileiro em viagem ao exterior.

Um fundo de investimento será criado com o recolhimento destes empréstimos e, através dele, o governo pretende capitalizar gradativamente as empresas estatais. Este fundo, conforme explicou a fonte a este jornal, vem substituir a figura da "holding" das estatais.

Com a criação do empréstimo compulsório sobre serviços e bens que são consumidos por uma classe de renda mais alta, o governo está convencido de que estará tirando dinheiro de quem pode financiar os investimentos públicos. Definitivamente, não há intenção de taxa a massa assalariada e, por isto mesmo, o governo descartou uma via mais fácil e mais segura para a geração de recursos — aumento da tributação na fonte sobre salários.

Com o empréstimo compulsório sobre a energia elétrica consumida em residências, sobre a gasolina e o álcool carburante, três problemas são resolvidos ao mesmo tempo. O consumo é contido em setores que preocupam o governo, seja pelo ritmo de crescimento dos últimos meses, como é o caso dos combustíveis, seja pela deficiência estrutural na área de fornecimento, como é o caso da energia elétrica. Fica resolvida a questão dos preços relativos da economia, sem que para isto seja preciso criar precedente na política de congelamento de preços. No caso específico da energia elétrica, como se sabe, as tarifas estão congeladas desde meados do ano passado, a nível de consumo residencial. Para a indústria, as tarifas subiram 20% pouco antes do Plano Cruzado. Também no caso da gasolina e do álcool, os preços estão defasados com relação a outros preços praticados na economia.

Além disto, um outro importante objetivo é atendido: a geração de recursos que propiciem o necessário impulso para os investimentos de infra-estrutura que vão possibilitar a execução do Plano de Metas e impulsionar o crescimento econômico do País.

Neste contexto, encaixa-se o fundo de investimentos que terá a atribuição de financiar o déficit das empresas estatais produtivas. O governo pretende capitalizar suas empresas com recursos captados por este fundo, a partir da massa de recursos gerada com o empréstimo compulsório. Paralelo a isto, o governo vai reestabelecer a função das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), como títulos de longo prazo para ajudar a financiar os programas de investimento do governo.